



A cada edição de nosso periódico nos angustiamos entre indignação e esperança. Por um lado, as perversidades do neoliberalismo destruindo conquistas sociais que se haviam transformado em políticas públicas; por outro lado a resistência daqueles que tentam salvar o país e o planeta face à devastação que nos ameaça. Haja resistência!

O conjunto de artigos deste número de Retratos reflete bem o fantasma que nos assombra: a fome reaparece no Brasil. O país havia saído do mapa da fome e, agora, essa trágica consequência das políticas neoliberais (leia-se fascistas) comparece por toda parte de forma preocupante, para dizer o mínimo. A maioria dos artigos refere-se à insuficiência e à insegurança alimentar e seus correlatos.

Para explicar a fome no sistema capitalista não se precisa pensar em falta de trabalho ou produção. Pelo contrário, essa terrível mazela ocorre em meio à maior abundância, especialmente de commodities.

Enquanto nas sociedades tradicionais a fome só ocorria em consequência de condições climáticas adversas ou cataclismas que destruíam ou impediam a produção, no sistema econômico planejado a fome aparece como consequência do agronegócio centrado na produção de commodities para exportação e, igualmente, da financeirização da produção que coloca toneladas de alimentos nos jogos perversos dos mercados futuros.

Não podemos descartar ainda a questão do petróleo, cujos derivados estão com preços hipertrofiados nas mãos de corporações internacionais. O preço dos combustíveis afeta o transporte de alimentos e os encarece e a inacreditável perversidade aplicada ao preço do gás de cozinha compõem o conjunto de fatores que fazem reaparecer essa velha tragédia da história no país do latifúndio.

Mas nossos artigos não desvelam só as ameaças acima, eles mostram também a resistência e a resiliência dos povos do campo alimentando as cidades. Um rural que transita para a Agroecologia e tenta organizar suas populações para a recuperação do que lhes foi tirado – a efetivação do programa “Brasil sem miséria”.

Devemos nos lembrar, no entanto, de que as medidas do atual governo são contra o campo e contra esta transição. Uma delas é exatamente a liberação de todo espectro de agrotóxicos proibidos em outros países. A virtuosa produção orgânica que se busca praticar nos assentamentos de reforma agrária e em pequenas propriedades rurais estaria livre desse tremendo impacto poluidor e envenenador? O que estamos comendo inadvertidamente com essa criminosa

liberação? Segurança alimentar não é só quantidade de comida. É qualidade em todos os sentidos ligados a nutrição, base da vida.

Assim, nossas esperanças continuarão direcionadas à agricultura familiar, capaz de produzir alimentos de fato, bem como à Reforma Agrária ampla e à luta pela Agroecologia como caminhos para uma sociedade mais justa e sustentável. O tema deste volume é a esperança. Em que pese o desmonte das políticas para o Campo (PAA, ATER, PRONERA etc.) a resiliência se desvela com a preocupação dos textos aqui apresentados.

Esta edição inicia-se com um artigo sobre o Programa Brasil sem Miséria no Agreste alagoano e as limitações para superação da pobreza, para garantir renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O artigo discute os entraves e perspectivas de geração de renda e da segurança alimentar e nutricional para as famílias rurais do município de Taipu. Constatou-se que a renda obtida por meio de programas de transferência tem sido o principal ingresso de recursos. No entanto, os fatores limitantes ao desenvolvimento, em especial a água se impõe gerando o predomínio da insegurança alimentar no grupo pesquisado. Apesar da importância do programa para o grupo pesquisado, a situação de pobreza não é revertida.

A discussão das políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, feita a partir da situação dos agricultores do assentamento Palestina, na Bahia, revela que mesmo tendo o usufruto da terra, muitos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade social. Apesar da participação exitosa na chamada Pública da Campanha de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) da Bahia, a exigência da prova de regularidade e a quitação perante as secretarias municipais, estaduais e federais de controle e fiscalização, além do não atendimento à necessidade de escrita de uma manifestação de interesse, em virtude da baixa escolaridade dos assentados se converteram em obstáculos aos recursos do edital. Em consequência, prevalece a situação de insegurança alimentar.

Estudo realizado em três polos agrofloretais do município de Rio Brando – Acre, sobre as perspectivas de efetividade da segurança alimentar dos agricultores familiares assentados a partir da metodologia da Escola Brasileira de Insegurança Alimentar discute a hipótese de ser a renda agrícola a principal variável para assegurar uma situação satisfatória aos agricultores. Entrevistas com 89 famílias assentadas revelaram que o polo Custódio Freire tem melhores condições de Segurança Alimentar, seguido pelo polo Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro.

Situações diferenciadas em várias regiões do país. Em Marabá, sudeste do Pará, entre 2013 e 2019, a análise quali-quantitativa das implicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no assentamento 26 de março revelou que sua operacionalização, associada à pecuária bovina entre 2013 e 2019 não contemplou a diversidade dos sistemas produtivos agroecológicos dos assentados. Possibilidades de um futuro diferenciado foram discutidas no campo analítico neste artigo.

Estratégias de economia popular que vêm sendo desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores na época da Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, refletem o papel centralizador da comunicação na organização da comercialização e do consumo de alimentos agroecológicos, bem como na difusão das pautas políticas do MPA. Por meio da estruturação da Brigada de Comunicação Popular foram fortalecidos os processos produtivos dos grupos camponeses vinculados ao Sistema de Abastecimento Alimentar do MPA no Estado. A importância das Redes, o fomento à formação técnica e profissional de comunicadores e comunicadoras no campo da Agroecologia deram resultados positivos, ao permitir a consolidação de formas de trabalho, cooperação e reciprocidade próprios das economias populares.

Impactos de inovações tecnológicas e agrícolas derivados dos efeitos danosos da modernização da agricultura estimulada pela Revolução Verde e conflitos socioambientais nas áreas da falida usina Ariadnópolis em Campo do Meio – MG são facetas da complexidade das lutas sociais por reforma agrária e por políticas públicas que podem estimular a sustentabilidade do desenvolvimento rural em meio a uma trama de tensões. O artigo voltado às percepções de agricultores e agricultoras do MST em processos graduais da transição agroecológica existentes no acampamento Quilombo Campo Grande, no sul de Minas Gerais, acena com perspectivas possíveis de uma gradual constituição de um plantio sustentado por biofertilizantes e sementes de uma alimentação saudável.

Em todas as regiões, embora sempre com um certo engessamento dos parâmetros para implantação de assentamentos rurais, distintas estratégias de desenvolvimento vêm sendo implementadas pelos assentamentos, embora não se possa negar a conjuntura plenamente adversa para a bandeira da reforma agrária. Apesar disso, os artigos do Retratos de Assentamentos mostram a necessidade de garantir segurança e soberania alimentar, as perspectivas criadas pela transição agroecológica levadas adiante por assentados e assentadas que têm no rural seu espaço de vida e de trabalho.

As famílias assentadas enfrentam, de fato, desafios de toda ordem. Em texto sobre assentamentos PDS em Anapu, Pará, relata-se que até os roçados tradicionais, conhecidos sistemas agrícolas que contribuem para conservação florestal e garantia de segurança alimentar das famílias enfrentam impedimentos legais. Mesmo assentadas em um assentamento diferenciado, as famílias dependem de autorização do órgão gestor para produzir seus alimentos. Processo que inviabiliza a vida das famílias, dadas a morosidade e o indeferimento de suas solicitações, desmotivando-as de permanecer e colocando por água abaixo o projeto de desenvolvimento sustentável. Uma situação em que as famílias são ou empurradas para a ilegalidade ou para fora do assentamento.

Já o artigo sobre os quintais produtivos aborda este espaço socialmente construído enquanto uma tecnologia social – uma abordagem inovadora dos quintais. Vale destacar que os quintais produtivos vêm ganhando notoriedade nos estudos da segurança alimentar na agricultura familiar. Neste caso específico, o trabalho expõe, a partir dos conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade, a diversidade da produção nos quintais, o uso de insumos locais, sua capacidade de alimentar as famílias e gerar renda com os excedentes. E aponta, ainda que brevemente, para a problematização do trabalho familiar, tema importante para se aprofundar os estudos neste tema. O artigo seguinte dialoga bastante com essa discussão, no entanto o enfoque está na participação e no trabalho das mulheres rurais. A investigação se dá acerca de como elas participam dos processos decisórios no cotidiano de um assentamento rural em MT, mas, igualmente, ressalta a organização de um grupo de mulheres assentadas que leva ao reconhecimento do seu trabalho. Esta experiência se soma a outras, que vêm mostrando as grandes transformações pelas quais o mundo rural também passa em relação às lutas pela diminuição das desigualdades de gênero. Neste artigo, dentre outras evidências, isto fica claro a partir da atuação da ATER junto ao grupo das mulheres.

Os artigos seguintes abordam bem os paradoxos que são próprios dos processos de desenvolvimento em assentamentos rurais. Primeiro, o estudo de caso qualitativo em um assentamento PDS, em Marabá/PA, aponta para mudanças sócio territoriais desde as ocupações da terra e como as famílias recompõem seus modos de vida e aplicam, efetivamente, os conhecimentos tradicionais na conservação da vegetação nativa local. No entanto, na região amazônica mato-grossense, outro estudo de caso expõe a dificuldade das famílias sobreviverem de

atividades agrícolas ou extrativistas, sem depender do assalariamento e do arrendamento. Sobretudo em uma região de expansão do cultivo de grãos, a influência do agronegócio pode significar um esvaziamento de outras possibilidades de desenvolvimento rural, mesmo que a partir de um sistema capital-intensivo inadequado às famílias assentadas. Em ambos os casos, no entanto, as pesquisas comprovam que ir para os assentamentos representa ganhos qualitativos em suas vidas.

Fechando este volume, apresentam-se dois artigos dentro da temática da Educação. O primeiro centrado no surgimento e na expansão da educação infantil do campo. Com uma perspectiva histórica, trata-se da importância dos projetos pedagógicos atenderem as especificidades e os anseios das populações rurais. Apesar de existir legalmente, discute-se os desafios da formação continuada e das agendas políticas em diferentes conjunturas para sua efetivação. O segundo artigo, sobre as representações sociais de estudantes de licenciatura que residem em zonas rurais, conclui que a agricultura familiar é vista muito mais como modo de produção do que como modo de vida pelos estudantes. Concepções midiáticas também atravessam as representações, o que não corresponde às concepções científicas sobre agricultura familiar, tão pouco contribuem para elevar a importância da categoria e a própria autoestima de quem vive no campo.

Como afirmamos, a tônica desta edição é a esperança. Se não a esperança em um futuro imediato na esfera da política, e das políticas públicas para a agricultura familiar especialmente, uma esperança nas experiências da agricultura familiar presente em assentamentos em todas as regiões brasileiras. São as pessoas, os movimentos sociais, as organizações formais e informais da agricultura familiar, além dos grupos de pesquisa e de extensão universitários que tem nos permitido ter esperança.

Boa leitura!

Os editores.